

Teófilo Braga

HISTÓRIA DA LITERATURA PORTUGUESA

IDADE MÉDIA

Vol. I



temas portugueses

PREFÁCIO

I

Ainda hoje a História da Literatura Portuguesa, de Teófilo Braga, é uma obra polémica. As raízes desse destino vamos encontrá-las logo em 1872, quando Teófilo fez publicar, no Porto, o opúsculo Os Críticos da História da Literatura Portuguesa, mais como defesa pessoal perante os ataques que já então sofrera e menos como comentário à actividade do erudito e do investigador em Portugal. Sintomaticamente, abre Teófilo o opúsculo com uma asserção genérica que abrange, num momento particularmente significativo da investigação literária, o que em Portugal se entendia como «crítico da cultura»: «Nos países onde se não vive pela actividade da inteligência, onde as lutas da ciência não comunicam ao público a fé nos resultados positivos e ao mesmo tempo uma forte moralidade e desinteresse nos esforços para chegar à verdade, nesses países apáticos mais conhecidos pelo nome de terras pequenas, a crítica é sinónimo de maledicência.» E cita, a propósito, o caso de Masdeu, o erudito espanhol que não chegou a completar a sua obra, distraído por todos os que se lembravam de atacá-lo, sem argumentos e sem doutrina, exemplo que foi, aliás, referido por Herculano.

Não foi essa, porém, a atitude de Teófilo para com os que sistematicamente, quantas vezes sem razão, denegriram o trabalho monumental que produziu entre 1864 e 1872, oito férteis anos em que lançou os alicerces de uma actividade quase febril na destriça, na sistematização e na orientação futura de uma história literária que era coisa jovem ainda na tradição cultural portuguesa. Até 1869, aliás, Teófilo não pôde reba-

ter as insinuações e os ataques de que era alvo por, à sua volta, a imprensa ter erguido um autêntico cordão sanitário. Relegado ao silêncio, preterido num concurso, em 1868, na Academia Politécnica do Porto e, em 1871, na Universidade de Coimbra, foi nessa época negra da sua vida que publicou o primeiro volume da História da Literatura Portuguesa em que lançava as bases desse vasto edifício. Diria, no preâmbulo, que a obra estava pronta, mas que não sabia se seria possível vencer a indiferença geral por aquela ordem de trabalhos. «Se a parte principal tiver de jazer inédita ou se perder, aqui fica desde já a 'Introdução', como o fio condutor para o que se aventurar a examinar os páramos da nossa literatura.» Entre 1869 e 1872 Teófilo consegue publicar onze volumes da História da Literatura perante o quase total silêncio da Nação. E, no entanto, a actividade de Teófilo Braga, na revisão dos métodos da crítica utilizada em Portugal, nos últimos quarenta anos do século XIX, é simplesmente extraordinária. Desde 1865, após a Questão de Coimbra, desencadeia uma luta constante contra os «mes-tres» desactualizados, desconhecedores do movimento científico que alastrava na Europa e que pela primeira vez aliava, num mesmo esforço de exegese, a filosofia e a filologia, característica da crítica oitocentista que, na sequência dos trabalhos de Schlegel, dos irmãos Grimm, de Victor Leclerc, de Paulin Paris e de Fauriel, encaminhava a História da Literatura para um campo vastíssimo de observação e de comentário em que o estudo era absorvido, simultaneamente, pelos problemas sociais, artísticos, religiosos, filosóficos e políticos. A História Literária, segundo Teófilo, «transformava-se numa verdadeira ciência experimental da civilização e do génio dos povos».

Publicou, portanto, em 1870, o primeiro volume da História da Literatura Portuguesa para acudir «a um amigo que não queria despedir os seus operários por causa de uma repentina crise de trabalho na sua tipografia». O livro foi aceite com poucos elogios e poucas referências. Apenas na Revolução de Setembro apareceu uma local em que se saudava a obra, ainda que de forma comedida. Mas a História da Literatura Portuguesa começava a circular entre estudiosos e investigadores e com lentidão veio a atrair, nas suas linhas gerais e na idiossincrasia de alguns dos seus fundamentos mais aberrantes, as atenções de Oliveira Martins e de Antero de Quental. Da polémica que se seguiu e que Teófilo Braga sumariou em 1872 conclui-se, ainda hoje, muito da verdade e do erro do autor de Bernardim Ribeiro e o Bucolismo. Posteriormente a polémica agregou também a crítica de Pinheiro Chagas.

A História da Literatura Portuguesa, conforme a edição da *Imprensa Portuguesa, do Porto, de 1870*, levando como subtítulo *Introdução, está dividida em sete capítulos que incluem o estudo das raças e suas criações artísticas; o génio dos Moçárabes em Portugal (com particular incidência sobre a religião e a arte, o direito e a poesia); as epopeias da Idade Média em Portugal (com as influências da língua de oil e da língua de oc, subdivididas em escola galiziana, escola jogralesca, escola intermediária e escola espanhola); as influências inglesa (Távola Redonda) e erudita (ciclo greco-romano) e os contos decamerónicos. Segue-se uma «Recapitulação», que abrange ainda as «Epopeias da Idade Média hipoteticamente conhecidas em Portugal» (por isso que se acham imitadas na novela *Amadis de Gaula*) e um «Quadro das epopeias da Idade Média conhecidas em Portugal ou que a ele se referem». Seguidamente vem o capítulo dedicado às «Primeiras bibliotecas portuguesas» e logo o da «Renascença e a Reforma», incluindo a influência espanhola (com a poesia épica e novelas de cavalaria, a poesia lírica e a poesia dramática) e a influência italiana (com a épica, a lírica e a dramática). Finalmente, os capítulos dedicados às «Academias literárias» (com o esquema da história da literatura portuguesa) e às «Origens da poesia moderna em Portugal».*

Como suportes ou prossecuções da sistematização, da teoria e da fundamentação filosófica da História de 1870, há que considerar a História da Poesia Popular Portuguesa, o Cancioneiro Popular da Tradição Oral, o Romanceiro Geral Coligido da Tradição, os Cantos Populares do Arquipélago Açoriano, a Floresta de Romances, os Estudos da Idade Média, a História da Poesia Moderna em Portugal, a própria História do Teatro Português, que em 1870 ainda estava no prelo, os estudos sobre a literatura de cordel e, enfim, as refundições futuras de que resultariam os mais vulgarmente conhecidos volumes da História da Literatura Portuguesa, já resumida no Manual, publicado em 1875, e no Curso de História da Literatura Portuguesa, que deu à estampa em 1885, e que incluem a Idade Média, de 1909, a Renascença, de 1914, os Seiscentistas, de 1916, e os Arcades, de 1918. A Idade Média alarga o âmbito dos Estudos da Idade Média — Filosofia da Literatura, de 1870. A História das Novelas Portuguesas de Cavalaria — Formação do «Amadis de Gaula», publicada no Porto, em 1873, foi reeditada em 1909, contribuindo, a seu modo, para o vasto conjunto que Teófilo Braga continuou a enriquecer por intermédio de uma actividade constante que dispersou por numerosas publicações, revistas, jornais e opúsculos.

No entanto, é na História de 1870 que devemos procurar o embrião da vastíssima e ambiciosa empresa, embora, mais tarde, Teófilo tivesse alterado o esquema em que fazia assentar a estrutura do seu pensamento e das suas convicções. O quadro em que esquematizou a história nacional da literatura portuguesa (p. 340 da edição de 1870) é exemplo vivo e claro do Teófilo dessa grande fase. Os elementos rácicos (I — Os Moçárabes; II — Asturo-Leoneses; III — Colónias francesas e judaicas) motivam criações originais ou imitações que os documentam. Assim, os moçárabes, elemento popular ou nacional, formado pela aliança do «godo-lite» com o árabe, dará, como criações originais, em religião, o rito moçárabe, em arte o ornamento do bizantino, em direito os forais, em poesia os romanceiros. O elemento asturo-leonês, por seu turno formado pelos descendentes do godo-nobre, modificados ao contacto das povoações ibéricas, de fundo aristocrático, leva à extinção do elemento moçárabe na religião pelo catolicismo, na arte pela Renascença, em direito pela tradição dos romanistas, na poesia pelo classicismo e tem como resultado cultural prático a ausência de gestas nacionais e a aspiração pelo passado. Não tem, o núcleo asturo-leonês, criações originais, mas motiva imitações constantes das epopeias da língua de oil (século XII), das canções da língua de oc (século XIII), das ficções inglesas (século XIV), dos cancioneiros espanhóis (século XV), do Renascimento italiano (século XVI), dos marinistas e gongoristas (século XVII), do gosto francês (século XVIII) e do constitucionalismo inglês (século XIX). Finalmente, o elemento rácico-cultural introduzido pelas colónias francesas e judaicas, núcleo de assimilação estrangeira, dá origem ao génio mercantil, ao sentimento da realidade prática abafado com a expulsão dos judeus.

Este elaborado quadro cultural, que veio a sofrer algumas alterações substanciais que Teófilo lhe introduziu à medida que enriquecia ou afinava a sua formação filosófica e estética, abriu, no entanto, a senda para a esquematização da história literária do país, tentando uma primeira ordenação onde, se há exageros e excessiva rigidez, há, também, o esquema de uma perspectiva que em certo sentido não veio a ser abandonada. As grandes linhas da cultura, em Portugal, estão aí esboçadas, embora padeçam de convicções epocais que só o aprofundamento do estudo da cultura, em Portugal, permitiria alterar e em alguns casos corrigir em profundidade.

A História da Literatura Portuguesa recebeu contestação generalizada. Atacou-a Oliveira Martins em «Teófilo Braga e o Cancioneiro e Romanceiro Geral Português», Porto, 1869, opúsculo da Revista Crítica de Literatura Moderna por uma Sociedade de Literados

(n.º 2), onde Tomás Ribeiro publicara «A Delfina do Mal», prosseguindo o ataque em *Os Lusíadas — Ensaio sobre Camões e a Sua Obra em Relação à Sociedade Portuguesa e ao Movimento da Renascença*, publicado em 1872.

No primeiro daqueles textos de Oliveira Martins, o historiador, depois de comentar o atraso que se verificou em Portugal quanto à introdução do Romantismo — julgado com severidade mesmo no que respeita a actividade de Almeida Garrett — e de analisar o fundo estiolamento que nas letras portuguesas se fez sentir após o desaparecimento de Herculano, saudava a publicação de *Visão dos Tempos*, de *Tempestades Sonoras* e de *Ondina do Lago*, as três principais produções poéticas de Teófilo Braga, como o movimento da implantação de uma literatura em Portugal em que os dois primeiros livros eram como «as origens da civilização moderna até ao estabelecimento do cristianismo» e em que o terceiro, tomando aí o mundo, «conduzia-o através da Idade Média e da Renascença até aos dias de hoje». A tendência para as grandes generalizações e para os vastos esquemas civilizacionais já no poeta se fazia sentir, como se nele, amordaçado, vivesse o historiador da literatura. Oliveira Martins, porém, não se detinha em Teófilo como criador e atacava profundamente o historiador. Para Oliveira Martins não havia, em Portugal, história filosófica. («O criticismo humorístico de Fernão Lopes desaparece com as liberdades medievais que lhe eram correlativas».) Sucedem-se as crónicas francesas ou cortesãs, as codificações beatas, o oásis de João Pedro Ribeiro e a compilação dos *Forais* pela Academia. O negativismo de Oliveira Martins, em 1869, ia ao ponto de acrescentar que «depois de uma evolução de quatro séculos monárquico-católicos, ficaram-nos crónicas sem valor e histórias à clássica, como as *Décadas*. A verdadeira história permanecia nos arquivos» de onde Herculano exumou a *História de Portugal*, a que, no entanto, faltava «a crítica superior, a generalização filosófica, a síntese e até [...] o quadro conveniente». Essas, a generalização, a síntese, o quadro iam ser, segundo Oliveira Martins, da lavra de Teófilo Braga, que, no entanto, não se socorria de Thierry, de Gibbon, de Beugnot, de Savigny, de Guérard, de Montesquieu, de Hume, de Guizot, de Mommsen, de Muñoz y Romero, do próprio Herculano, como autores consagrados nos domínios da história e da investigação, mas se apoiava, outrossim, em Vico e Herder, em Michelet e Edgar Quinet, para os quais «cada facto é uma ideia e o curso dos acontecimentos uma perpétua psicomacia». Em 1867 publicara os três volumes do *Cancioneiro e Romanceiro Geral*, dos quais o primeiro forma a *História da Poesia Popular* (obra que Oliveira Martins

pretendia criticar); em 1868 publicara Teófilo a sua Dissertação Inaugural, que tem por título História do Direito Português, depois Os Forais, depois Ideias para a História dos Forais («três títulos», escrevia depreciativamente Oliveira Martins, «um fascículo de 150 páginas»). Quanto aos Forais (que Michelet elogiou, em carta enviada a Teófilo, em 29 de Janeiro de 1869), o julgamento de Oliveira Martins era tremendo: «um vasto pandemónio onde poderá examinar-se até que ponto é capaz de chegar o talento a par com a audácia e a insensatez». E atacava já aí a tendência germanizante que Teófilo fora buscar a Michelet e que revelara na Poesia do Direito, de 1865, teimando numa escola «hoje completamente passada», já que contestar a «influência ininterrompida do direito romano nas sociedades modernas, contestar a importância suprema da tradição antiga na sua constituição política (pelos municípios), o que significa a acção da ideia greco-romana no indivíduo e na sociedade, é combater contra uma cousa invencível»; mas admitia Oliveira Martins que, adiantando-se aos três únicos historiadores portugueses de vulto, ou sejam, Herculano, Rebelo da Silva e Luz Soriano (o primeiro que tirou do caos um mundo, o segundo que narrou fluentemente a nossa vida política a contar do século XVI, o terceiro, um cronista verdadeiro, sobre o qual, um dia, se há-de fazer História), Teófilo Braga inaugurava, entre nós, a história filosófica, superiormente pensada e generalizada mas perdularizada numa audácia que logo negava as bases científicas em que parecia assentar. O julgamento de Oliveira Martins não deixava, porém, de ser tão audaz como audaz cria o autor do Portugal Contemporâneo que era o pensamento de Teófilo. Leia-se hoje, à distância de mais de cem anos, o considerando genérico cultural de Oliveira Martins, recolhendo de Humboldt, talvez mal assimilado, o princípio da distinção fundamental do período de instinto e do período de reflexão nas línguas, para concluir que, desconhecendo quase completamente as relações sociais, a vida, primitivamente, se resume no sentir e no poder, manifestando-se de forma teológica-heróica. Assim, para Oliveira Martins, «enquanto as sociedades se não formam e se não fixam», a poesia é «una e popular, na exacta acepção da palavra» e, na Europa moderna, para a poesia, o fim deste período é representado pela lírica provençal. «A poesia provençal é o estabelecimento de uma arte clássica; assim como a língua é uma ressurreição do latim, a poesia é uma depuração e modificação cavalheiresca de certos géneros populares da poesia antiga, cujo motivo e ideia a tradição conservara.» O mesmo dogmatismo audaz e generalizante que Oliveira Martins imputa a Teófilo expressa-o, o historiador, quando infere que «assim como a sociedade

ÍNDICE

Vol. I

Prefácio, por JOÃO PALMA-FERREIRA	7
Explicativa	51
O <i>ethos</i> expresso na literatura	53

PROLEGÓMENOS

Elaboração orgânica da literatura

Criação das literaturas.....	55
Consideradas como síntese afectiva	56
Concepção de Bacon sobre as influências literárias.....	56
A literatura grega exemplo completo da evolução orgânica	57
As literaturas modernas e o dualismo tradicional e clássico	57

§ I

FACTORES ESTÁTICOS

1.º A RAÇA — Seu carácter através da literatura.....	59
Na literatura grega, segundo Ottfried Müller	60
Na literatura francesa e alemã	60
Existe uma <i>raça portuguesa</i> ?	61
— Sua diferença do tipo ibérico	62
A grande confederação ocidental e o elemento ligúrico	63

Extensão da <i>Lusitânia dos antigos</i>	64
Tardia e débil invasão dos Celtas na Península	65
Ruína da civilização bronzífera	66
Estado de pureza das tribos lusitanas	67
As invasões germânicas continuam a acção dos homens cor- pulentos do Norte	69
Persistência do elemento popular	69
A invasão dos Árabes e a população dos Mulladies e Moçárabes	70
A aspiração nacional de um povo livre	71
2.º A TRADIÇÃO — Mantém as primitivas unidades étnicas	72
Continuidade das tradições poéticas nas populações actuais....	72
Formas tradicionais do lirismo	74
As <i>maias</i> e <i>maierolles</i>	74
O tema épico odissaico	75
Os romances da <i>Bela Infanta</i> e <i>Nau Catrineta</i>	76
A <i>Noiva Arraiana</i>	77
O imperialismo germânico e a unidade católica	77
Formação da sociedade moçárabe	78
3.º A LÍNGUA — Actua no desenvolvimento social e independên- cia nacional	79
A) Formação das línguas românicas	
Sob princípios análogos, que conduzem a um tipo comum	80
Conservam vestígios de uma gramática fortemente constituída	80
Diez deriva-as da língua popular dos romanos	80
Segundo Schleicher, seguem diferente caminho do que o de latim	81
Para Max Müller, o latim clássico não explica completamente a sua origem	81
Impossibilidade de uma língua sintética produzir línguas analíticas	82
O latim pela sua vida de três séculos não prevaleceu sobre os dialectos itálicos	83
O que foi a <i>lingua romanitatis</i>	84
Família de línguas analíticas	85
Unidade determinada por Darmesteter	85
Fonética das línguas romanizadas	86
O domínio geográfico	88
Acção literária do latim nas classes cultas	90
Os germânicos que invadiram a Espanha tinha a cultura romana	90
A ocupação dos Árabes não produziu um dialecto popular	91
B) Filiação da língua portuguesa e suas épocas histórias	
O português, catalão e castelhano correspondem a três nacio- nalidades	93

a) <i>Separação do português e do galego</i>	93
A Galiza decai na situação da província	94
A autonomia nacional actua no desenvolvimento da língua portuguesa	95
b) <i>Modificações por via do francês</i>	95
Influência literária da França	95
c) <i>O português começa a ser escrito</i>	96
Documentos de 1192 a 1214	96
Os dialectos portugueses	98
d) <i>A versificação portuguesa: sibalismo</i>	99
Nenhuma relação com a métrica de quantidade	99
Épocas históricas da língua portuguesa	101
4.º A NACIONALIDADE — Os três focos de resistência contra os Árabes	102
A resistência lusa, segundo Rasis	102
As divisões eclesiásticas da Lusitânia no século VIII são as actuais	103
A restauração lusitana precede a asturo-cantabra	104
A terra portugalense torna-se estado independente em 1128.....	105
Reconstitui-se parte da antiga Lusónia até ao Algarve	105
A vida histórica da nacionalidade	106
A expressão do génio nacional por Camões	107
As consequências do novo equilíbrio europeu da Casa de Áustria	108
Obliteração do sentimento nacional sob os Braganças	108

§ II

FACTORES DINÂMICOS

I. AS ÉPOCAS HISTÓRICAS E O MEIO SOCIAL ACTUANDO NAS LITERATURAS

A concepção de Comte, seguida por Stuart Mill e Bain	111
As três fases da cultura moderna	112

A) Idade Média

Carácter complexo desta época	113
Conflito do poder espiritual e temporal	114
1.º A IGREJA — A educação popular nas Colegiadas	114
Exemplos e contos populares	115

Moralidades e diabruras	115
Paródias goliardescas	116
2.º A CORTE — Contrapõe as escolas às universidades	117
Os tipos das monarquias	117
A cavalaria e os tipos ideais	118
Focos de sociabilidade	119
3.º A BURGUESIA — A actividade pacífica	120
Criação de uma classe média	120

B) Renascença

A insurreição mental no século XIII	120
A era dos Descobrimentos	121
A monarquia universal	122
A diplomacia e a querela dos antigos e modernos	122
Carácter do século excepcional	123

C) Romantismo

Fim da crise revolucionária	123
A sensibilidade romântica	124
O Proto-Romantismo	125
A era dos génios na Alemanha	126
Influências da Alemanha no Romantismo	127
Reabilitação da Idade Média	127
A história com critério metodológico	128

II. SUCESSÃO DAS LITERATURAS MODERNAS E MÚTUA ACÇÃO HEGEMÓNICA

Revivescência da antiga civilização ocidental	129
O grupo do Meio-Dia da Europa	130
a) <i>Literatura da França</i>	131
Sua acção sobre as literaturas medievais	132
b) <i>Hegemonia da Itália</i>	134
c) <i>Espanha e Portugal</i>	137
As duas literaturas diferenciadas pelo <i>ethos</i> destes dois povos	138
Como resistiu Portugal à absorção do castelhanismo	138
<i>Portugal</i> revela o génio da raça no seu lirismo	142

**ÉPOCAS HISTÓRICAS DA LITERATURA
PORTUGUESA**

<i>Primeira Época: IDADE MÉDIA</i>	143
1.º período (séculos XII a XIV) — Predomínio do lirismo trovadoresco	143
2.º período (século XV) — Influência do lirismo castelhano e a erudição latina	144
<i>Segunda Época: RENASCENÇA</i>	144
1.º período: <i>Os Quinhentistas</i> (século XVI) — Quadro da maior actividade da nação portuguesa	144
2.º período: <i>Culteranistas</i> (século XVII) — As tertúlias e comédias famosas	146
3.º período: <i>Arcadistas</i> (século XVIII) — O pseudoclassicismo francês	146
<i>Terceira Época: ROMANTISMO</i> (século XIX) — Revivescência das tradições nacionais	147
Carácter da literatura portuguesa	147
<i>d) Inglaterra e Alemanha</i>	148
Acção da literatura inglesa no século XVII	149
A influência alemã	150
O espírito universalista nas literaturas	151

PRIMEIRA ÉPOCA

IDADE MÉDIA

1.º PERÍODO: TROVADORES PORTUGUESES

(séculos XII a XVI)

Formação da literatura simultânea com a nacionalidade	153
A corrente tradicional e a erudita	153
Influência provençal entre 1190 e 1253	154

§ I

INFLUÊNCIA DO SUL DA FRANÇA OU GALO-ROMANA

A liberdade democrática e a cultura do sul da França	154
As <i>Cortes de Amor</i>	155

<i>Aubade e serena</i>	156
<i>As pastorellas no gosto antigo</i>	156
Unidade das canções líricas da Provença, Itália, Galiza, Portugal, Valência, Aragão e Castela	157
Sua origem meridional.....	158
Escola de Tolosa.....	159
Propagação do lirismo à Itália	159
— Em Espanha	159
Trovadores na corte de Leão.....	159
Como se propagou o lirismo português às cores peninsulares	159
Preponderância do elemento popular.....	160

A escola trovadoresca portuguesa

Marcabrus visitou Portugal	161
Gavaudan, <i>o Velho</i> , Cercamons e Peire Vidal referem-se a Por- tugal	162
A corte de Guimarães	163
As <i>cantigas de amigo</i> e a pequena burguesia do Minho.....	163
A Galiza aquém Minho.....	164
Errada importância atribuída à Galiza do Norte por Menendez y Pelayo	165
Compreensão do texto do marquês de Santillana	165
As mulheres cantoras no lirismo português	167
Naturalidade e carácter afectivo	168
Fundo tradicional do lirismo português	168
Fases históricas da escola trovadoresca portuguesa	169
a) <i>Ciclo pré-afonsino</i> (1185 a 1248) — O gosto do lirismo trova- dresco suscitado pela corte de Leão e Aragão	169
D. Sancho I, trovador	170
A <i>Quinta Monarquia</i>	172
Os amores de D. Sancho I	172
Canção à <i>Ribeirinha</i> no gosto popular	172
A serranilha artística precedeu os jograis galegos.....	174
Fontes sociais deste lirismo	174
As cidades livres ou beatrias	174
O trovador Paio Soares de Taveirós.....	177
As <i>netas do conde</i> apodadas pelos trovadores.....	178
O trovador Martim Soares	179
Trovadores portugueses que emigram para Leão, Aragão e Cas- tela	181
Na corte de Santarém	181
Martim Soares, da corte de D. Sancho II	181

João Soares Coelho e Sordelo de Mantua	182
Canções de Bonifácio Calvo em português	183
Ramon Vidal e Rambant de Vaqueiras trovam em português....	184
Afonso, <i>o Sábio</i> , centonisa versos de João de Guilhade e de João Coelho	184
A anarquia feudal actua na degradação da Galiza	185
Trovadores pré-afonsinos	186
b) <i>Ciclo afonsino</i> (1248 a 1279) — A idade mais fértil da arte tro- vadoresca	187
Assistência de D. Afonso III na corte de França	187
Fidalgos portugueses que aí se refugiaram depois da Lide do Porto	187
A sátira contra os alcaides traidores por Ayres Perez Veyturon	188

§ II

INFLUÊNCIA DO NORTE DA FRANÇA OU GALO-FRANCA

As canções líricas da língua de oil	189
D João de Aboim e as pastorelas francesas	191
Esgaravunha emprega um retornelo em francês	193
Afonso Lopes de Baião parodia a gesta de <i>Roland</i>	193
Poética trovadoresca portuguesa	194
O segrel	195
<i>Gesta de Maldizer</i> contra Rui Gomes de Briteiros	198
Conhecimentos das canções de gesta em Portugal	199
Seria D. Afonso III também trovador?	200
O <i>Cançoneiro da Ajuda</i> contém a maioria dos trovadores que per- tenceram à corte de D. Afonso III	201
c) <i>Ciclo dionísio</i> (1279 a 1325) — A corte do rei D. Dinis centro de convergência dos trovadores galegos, castelhanos, aro- goneses e andaluzes	202
Aymeric d'Ebrard, de Cahors, mestre de D. Dinis	203
Apogeu da lírica palaciana	203
Revivescência do lirismo provençal	204
A <i>razão de amor</i> , ou a fofurina filosófica dos trovadores	205
Os amores de D. Dinis	206
Sua imitação do lirismo popular	209
O sentimento aproximou os trovadores desta origem popular...	210
Convergência de trovadores e jograis de Leão, Castela e Ara- gão	211

Relação entre os cancioneiros e os nobiliários	212
<i>Livro das Cantigas</i> do conde de Barcelos	213
Sistematização do grande cancioneiro trovadoresco	214
Os quatro cancioneiros fundamentais	215
<i>d) Ciclo pós-dionísio</i> (1325 a 1357) — Na corte de D. Afonso IV	216
A língua portuguesa usada pelos trovadores castelhanos	216
Canção do infante D. Pedro	217
O poema da batalha de Salado	220
Relações com a <i>Cronica de Alfonso Onceno</i>	222
Formas portuguesas sob o texto castelhano	223
Versetes de antigo rimar	224
Os romances velhos	226

§ III

INFLUÊNCIA ARMORICANA OU GALO-BRETÃ

Os lais bretãos no fim do século XIII	227
As tradições bretãs em Portugal	228
<i>a) Os lais amorosos</i>	228
Referências nos trovadores portugueses	229
<i>b) Os lais novelescos</i>	231
O amor ideal e desinteressado	232
Cantares da Cornualha	234
Os lais de Tristão intercalados nas novelas	234
Lai do tributo das donzelas	235
O original francês dos lais de Tristão	238
Lai de Leonoreta da novela de <i>Amadis</i>	243
Restituição da sua forma estrófica	244
Confronto com a apropriação castelhana	244
Cronologia da forma do lai	246
João Lobeira, pais de Vasco de Lobeira	247

Origem portuguesa do *Amadis de Gaula*

Prosificação dos poemas bretãos	251
O tema do <i>Amadis de Gaula</i>	252
1. ^a fase: <i>Lenda agiológica</i>	253
Factos similares de outros poemas	254

2. ^a fase: <i>Lais narrativos</i>	256
Vulgarização dos lais do <i>Amadis</i>	256
Elementos do lai de <i>Amadis</i> comuns ao poema e à novela	258
3. ^a fase: <i>Novela cíclica em prosa</i>	260
Forma portuguesa do fim do século XIV	260
1. ^o <i>Redacção portuguesa</i> , em três livros (de João Lobeira)	261
Retoque do episódio de Briolanja	262
Beleza desses três livros na tradição castelhana	264
2. ^o <i>Redacção portuguesa</i> (Vasco de Lobeira)	265
Elementos acrescentados	265
Referência a este texto nos fins do século XIV	266
O livro de <i>Amadis de Gaula</i> na casa do duque de Aveiro	268
Testemunho de Azurara	269
Referências dos poetas do <i>Cancioneiro de Baena</i>	272
Trabalho de Vasco de Lobeira	274
3. ^o <i>Terceira redacção portuguesa</i> (Pedro Lobeira)	274
Entusiasmo pelas tradições britónicas	275
O <i>ethos</i> português reflectido na novela de <i>Amadis</i>	276
Os críticos espanhóis e alemães reconhecem o seu carácter português	277
4. ^o <i>A redacção parafrástica castelhana</i> (1942)	281
Inferioridade das <i>Sergas de Esplandian</i>	282
Até quando há notícia do texto português	283

§ IV

CULTURA LATINO-ECLESIASTICA

Elaboração erudita da primeira renascença	284
---	-----

A) Os estudos quadriviais

As escolas das Colegiadas	285
1. ^o FILOSOFIA E TEOLOGIA	286
Pedro Hispano e António de Lisboa	286
A corrente mística	287
O aristotelismo averroísta	288

2.º AS TRADIÇÕES LATINAS	290
<i>Barlam e Josaphat</i>	291
<i>Visão de Tundal</i>	291
<i>Orto do Esposo</i>	292

B) O poder real protege o humanismo

A divisão do estado social	294
1.º FONTES POÉTICAS DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA	295
As lendas do ciclo troiano	295
<i>História de Tróia em português</i>	296
2.º FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA	299
Os primeiros estatutos	300
3.º NOBILIÁRIOS	301
Facto social que os originou	301
Seus elementos históricos.....	302
4.º CRÓNICAS E RELAÇÕES HISTÓRICAS	304
<i>Crónica da Conquista do Algarve</i>	305
<i>A Crónica Geral de Espanha</i>	305

2.º PERÍODO: OS POETAS PALACIANOS

(século xv)

§ I

ELABORAÇÃO DO EIRISMO PROVENÇAL PELO GÉNIO ITALIANO

(FASE ALEGÓRICA)

Depois da extinção da poesia trovadoresca	307
Dante inicia a nova elaboração estética.....	308
Sua influência em Espanha.....	308
1.º A INFLUÊNCIA CASTELHANO-ARAGONESA	311
Actividade política da corte de D. João II	312
O infante D. Pedro e João de Mena	316
O condestável de Portugal.....	317
<i>Tragédia da Insigne Rainha</i>	318
<i>Satira de felice e infelice vida</i>	319
<i>Coplas de contento del mundo</i>	320

2.º FORMAÇÃO DO <i>CANCIONEIRO GERAL</i>	322
Elemento histórico no <i>Cancioneiro</i>	323
a) <i>Livro das Trovas del El Rei D. Duarte</i>	326
b) <i>Cancioneiro Português</i>	327
c) <i>Cancioneiro Português da Biblioteca de Madrid</i>	328
d) <i>Cancioneiro do Abade D. Martinho</i>	328
e) <i>Cancioneiro de D. Francisco, conde de Marialva</i>	328
Como se identifica com o <i>Cancioneiro do Dr. Gualter Antunes</i>	329
Manuscrito do século xv	329
Documenta o apocrifismo literário dessa época	331
Análise morfológica e temática das cinco composições	332
3.º EXISTÊNCIA DE UM ELEMENTO POPULAR	334
Expansão da poesia popular no século xv	335
Ilhas encantadas	335
Romances velhos sobre João Lourenço da Cunha e príncipe D. Afonso	337
Centros poéticos de Açores e Madeira	337
Rudimento do teatro popular	339
Teatro hierático	340

§ II

AS NOVELAS PORTUGUESAS DA TÁVOLA REDONDA E DO SANTO GRAAL

O amor e cortesia bases das novelas cavalleirescas	341
Transformação destes ciclos em Portugal	342
<i>Livro de Josep ab Arimathéa</i>	344
<i>Demanda do Santo Graal</i>	344
<i>Merlin</i> — Gato Paul e profecias do Bandarra	345
<i>Galaaz</i> substitui Lancelot	347
<i>História de Vespasiano</i>	347
O texto português de <i>Amadis</i> em Castela	349
<i>Florestan</i>	349
As imitações do <i>Amadis de Gaula</i>	349
Sua influência social	350

§ III

PREDOMÍNIO DA ERUDIÇÃO LATINA

Transição para a grande Renascença	351
1.º ESTADO DA LÍNGUA PORTUGUESA (<i>formas populares e eruditas</i>)	352
Os duplos	353

<i>As traduções do latim</i>	354
Influência do rei D. Duarte	355
Versão da <i>Vita Christi</i>	357
Bibliotecas	358
— Do rei D. Duarte.....	358
— Do condestável D. Pedro.....	359
— De D. Afonso V	360
A imprensa em Portugal	361
2.º HUMANISTAS, MORALISTAS E FILÓSOFOS	363
Arte velha e nova.....	363
<i>Livro de Esopo</i> , tradução portuguesa	364
O rei D. Duarte e o <i>Leal Conselheiro</i>	366
<i>Virtuosa Benfeitoria</i>	366
3.º UNIVERSIDADE DE LISBOA; JURISCONSULTOS; CODIFICAÇÃO	367
Colégios junto da Universidade	367
Os jurisperitos eram humanistas	368
<i>Ordenações de D. Duarte e Afonsinas</i>	369

§ IV

DESENVOLVIMENTO DA FORMA HISTÓRICA

Preponderância social da realeza	369
1.º CONVERSÃO DAS HISTÓRIAS EM CRÓNICAS	371
a) <i>Chronica da Fundação do Mosteiro de S. Vicente</i>	372
b) <i>Vida de D. Telo</i>	373
c) <i>Chronica do Condestabre</i>	373
d) <i>Crónica do Santo e Virtuoso Infante D. Fernando</i>	374
2.º FUNDAÇÃO DO ARQUIVO NACIONAL (<i>Torre do Tombo</i>)	374
Separação do cargo de arquivista do de tesoureiro.....	374

Os grandes cronistas do século xv

Como se acordou o génio histórico	375
1.º FERNÃO LOPES	376
Formação da <i>Crónica de Portugal</i>	377
Como se desmembrou a sua <i>Crónica Geral do Reino</i>	378
Relações com o cronista Ayala.....	379

Os textos da <i>Crónica de D. João I</i>	381
A cópia de Pero Vaz Soares.....	382
2.º GOMES EANES DE AZURARA	383
Seu carácter literário.....	383
3.º RUI DE PINA.....	384
Influência de D. João II.....	384
Contratado para escrever a <i>Crónica de D. Manuel</i>	385
Como foram plagiadas as suas <i>Crónicas</i>	385
Decadência da forma histórica.....	386
Síntese do século xv.....	388
As grandes perdas da literatura portuguesa.....	388